

ATA DA 027ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2013  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Volnei Morastoni.

## SUMÁRIO

### Breves Comunicações

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Aborda os problemas enfrentados pelo serviço público; lamenta Santa Catarina não se ter sido escolhida para sede da Copa do Mundo.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Critica o sistema prisional no estado e o salário do servidor da Segurança Pública.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Tece comentários acerca da Segurança Pública; refere-se ao roubo e desvio de cargas.

### Partidos Políticos

**DEPUTADO EDISON ANDRINO** - Registra a necessidade de manter viva a história de Florianópolis; lamenta o falecimento de Orlando Pessi.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Aponta o recebimento de equipamentos pelos municípios atingidos pela estiagem; comenta a redução da tarifa de ligação de telefone fixo para celular.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Aborda a PEC n. 0037/2011.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Comenta o roubo e desvio de cargas.

### **Explicação Pessoal**

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Reporta-se à aposentadoria do trabalhador brasileiro.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Refere-se a ações do Ibama e da Funai; registra a passagem dos 80 anos de fundação da Igreja Assembleia de Deus de Guaramirim e o aniversário de 17 anos da *Rádio CBN Diário*; aborda o PL n. 0051/2012

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, hoje subscrevi um requerimento para que os agentes prisionais, através da sua representação, pudessem estar aqui conosco. Comumente fazemos essas apresentações depois da Ordem do Dia, mas gostaria

de pedir que pudéssemos antecipar e falar agora, já que parte da categoria já está neste plenário.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Deputada, geralmente essas manifestações acontecem após as votações. Mas, havendo concordância dos srs. deputados, podemos fazer essa mudança.

(As lideranças aquiescem.)

O requerimento da deputada Angela Albino diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Com fulcro no ato da Presidência que regulamenta o art. 109 do Regimento Interno, a deputada que este subscreve vem perante v.exa. requerer a cessão da palavra na sessão plenária do dia 11 de abril, no horário de Explicação Pessoal, para o sr. Wolney Adilson da Rocha Chucre, diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Estadual de SC, para manifestar sobre reivindicações da categoria."

Vamos suspender a sessão a fim de que possamos ouvir o sr. Wolney Adilson da Rocha Chucre por um período de dez minutos.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, srs. deputados, quero agradecer a presença dos agentes prisionais, alguns concursados, ainda não servidores do serviço público, mas já preocupados em prestar um serviço público de qualidade. E eu, efetivamente, acompanhei um dia de paralisação que esses servidores fizeram. E como é comum, inclusive quando nós nos deparamos com servidores comprometidos com serviço público, não estavam somente discutindo as suas condições de trabalho,

mas as condições de trabalho do sistema prisional, hoje, em Santa Catarina.

Algumas pessoas que vieram conversar comigo naquele dia, inclusive, diziam que nem a roupa dos presos se tem mais. Nem as roupas dos presos é possível manter minimamente.

Esse estado de coisas, hoje simbolizada aqui nesta tribuna pelos agentes prisionais, temos visto se repetir no serviço público como um todo.

Acompanhei, como parlamentar, duas inspeções no Hospital Infantil e, como avó, acompanhei meu neto, durante nove dias internado também naquele hospital, e pude ver em que condições aqueles servidores públicos, colegas nossos, atuam naquela unidade de saúde, a dificuldade que vivem. Ontem participei de uma reunião e mencionei a situação de um bebê internado na UTI neonatal, com respirador, e ao lado havia uma goteira pingando num balde com uma água verde, podre. Também na questão dos professores identificamos situações semelhantes se repetindo. Cada um na sua realidade.

Esse tripé, segurança, saúde e educação são as três áreas em que a população sente de forma mais contundente a presença ou a ausência do estado. Quem precisa de política pública, precisa ter esses setores organizados, e política pública se faz com servidor e servidora pública. Não existe mágica para fazer. Não adianta multiplicarmos, por exemplo, como temos ouvido algumas defesas, o número de hospitais em Santa Catarina, se temos alas inteiras fechadas, como é o caso do Hospital Infantil Joana de Gusmão, onde salas de cirurgia estão fechadas por falta de pessoal. Temos dificuldades de manter, como foi relatado aqui pelos colegas agentes prisionais, os serviços regulares de segurança do estado de Santa Catarina por falta de pessoal; os professores, nenhuma ferramenta tecnológica os substitui. Nós realizamos políticas públicas com servidores públicos.

Portanto, o estado em que estão os servidores públicos, em particular dessas três áreas que são as mais fortes e de relevância para população como um todo, elas são os braços do governo. Quem está lá, na verdade, realiza a política pública que o governo, em tese, deve construir. Menciono isso, não como um problema de um governo, mas como uma questão que o estado de Santa Catarina historicamente tem tratado dessa maneira.

Quero me reportar ao meu amigo de movimento sindical, o Volnei, pois desde o começo da década de 90 militamos juntos no movimento sindical e tenho o convencimento, amigos, de que é preciso, aproveitando a presença do Sintesp aqui conosco hoje, que unifiquemos a luta dos servidores públicos estaduais de fato porque, na verdade, estamos falando dialetos locais, mas de uma mesma língua. Estamos falando de um mesmo problema desdobrado em cada uma das áreas, pois estamos a par da situação que vivem hoje alguns servidores públicos, e vemos também servidores públicos no estado de Santa Catarina muitíssimo bem remunerados, muitos dos quais acima do teto constitucional. Isso porque convivemos há décadas no estado catarinense com uma ausência de política para os servidores que fez com que algumas categorias que têm mais influência política, mais proximidade com o poder político, mais capacidade de barganha, conseguissem construir carreiras muito sólidas e vemos outras categorias que com muita luta, muita dificuldade - como foi a greve dos servidores da educação e da saúde e vocês que se tem mobilizado pela segurança, mais recentemente, conseguirem poucos ganhos, pequenos ganhos.

Portanto, o que falta para nós é discutir política pública para servidor público. De que forma nós pensamos o serviço público.

Vimos uma turma acostumada a uma outra lógica, uma lógica de estado mínimo que a Europa já tem mostrado que não serve, na verdade serve para a

concentração de riquezas, serve para privilegiar interesses de pequenos grupos e não para o coletivo, não para uma nação, considerarem o serviço público um gasto desnecessário, que se pudessem davam uma canetada e terceirizavam tudo: manda passar adiante e vamos terceirizar que fica melhor!

Aliás, quero dizer aqui desta tribuna que vamos usar a fala do Volnei Chucre em nome dos servidores, para fazer um questionamento ao governador sobre a terceirização da merenda escolar, que vai na contramão do que o governo tem defendido publicamente.

O governador se comprometeu e considero isso um avanço. Considero, aliás, que o governador tem-se mostrado aberto ao diálogo e isso é um avanço em relação a outras posturas. Mas precisamos convencer este governo que a merenda escolar não pode ser terceirizada, não faz sentido caminharmos na contramão e terceirizarmos as refeições nos presídios, também. Isso ficará mais oneroso, mais caro para o estado de Santa Catarina. Portanto, vamos aproveitar essa fala aqui, Volnei, para tratarmos disso.

Peço licença aos trabalhadores que estão aqui, porque nos últimos três minutos gostaria de mencionar o nosso esforço nos últimos dois anos acerca da discussão em torno dos grandes eventos que o Brasil vai viver, particularmente na área do esporte, em 2014 com a Copa do Mundo e em 2016 com as Olimpíadas. E temos uma herança geracional no esporte aqui em Santa Catarina. Tenho acompanhado a bravura de alguns segmentos, algumas prefeituras, algumas entidades privadas, algumas federações que têm feito esforços para que possamos minimizar o fato de termos ficado de fora da Copa do Mundo.

E isso foi uma dificuldade de articulação nossa, sem dúvida nenhuma. Quem conhece um pouco do procedimento, de como foram escolhidas as sedes, sabe que faltou para Santa Catarina unidade em torno desse tema. Unidade e clareza política de que é um

investimento que tem um retorno muito importante, que potencializa a arrecadação. O cálculo é que a cada um real que se investe, é possível o retorno de R\$ 4. É importante a curto prazo para a arrecadação e a longo prazo para podermos deixar uma herança na área do esporte e trazemos outros investimentos para cá. Digo isso porque tenho conversado com o secretário Beto Martins que, aliás, se revelou um homem público da melhor qualidade, a respeito de reunirmos a Frente Parlamentar em Defesa de Santa Catarina na Copa do Mundo e na Olimpíada com o governo do estado para analisarmos as iniciativas que o estado de Santa Catarina tem feito isoladamente. E a partir daí o governo do estado, juntamente com esta Casa, capitanear, de fato, o que Santa Catarina pode fazer e o que vamos investir para que possa fazer.

Às vezes isso parece meio distante do tema que estou falando aqui, mas na verdade é política pública. Nós não temos política pública para o esporte em Santa Catarina. E temos uma vantagem orçamentária extraordinária, que, aliás, é parte da discussão que precisamos fazer que são os fundos de esportes, de turismo e de cultura que, na verdade, viraram instrumento de pequenos favores de quem tem interferência política dentro dos governos.

Nós não construímos políticas públicas dentro dessa área. Nós suprimimos a arrecadação que vai para a saúde, para a educação, para a segurança e para todas as áreas estratégicas do governo, porque antes da divisão se constitui os fundos. Os fundos precisam ser regulamentados de forma que atendam os interesses públicos e, portanto, precisamos ter política pública para o turismo, para a cultura e para o esporte. E o momento que o Brasil vai viver agora de plena discussão para esse tema é o momento muito propício para isso.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, deputado Romildo Titon, que preside esta sessão, demais pares deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, trabalhadores da Segurança Pública do sistema prisional do nosso estado, que estão presentes nesta manhã de quinta-feira. Quero desde o início saudá-los pela iniciativa de estarem presentes, e de estarem fazendo ao longo de vários meses manifestações públicas no sentido de expressar a situação do sistema prisional, e a situação de trabalho de vocês dentro do sistema prisional catarinense.

Por certo, é necessário que os trabalhadores da Segurança Pública assumam o protagonismo de vir a público dizer o que existe de fato, qual é a realidade, qual é a situação. Vocês que trabalham, me permitam dizer dessa forma, lá nos quintos do inferno da sociedade oficial. E numa avaliação que se faz da sociedade oficial, aquela que tem condições plenas de vida e de consumo, historicamente, desde muito tempo atrás, tem a prática de esconder o sistema prisional atrás de um morro, onde são encarcerados cada vez maior número de pobres, e para onde são mandados também um número cada vez mais insuficiente de outros pobres para cuidar daqueles.

E nessa visão, acham horroroso que essa realidade apareça, por isso a tese de duas décadas de tirar o sistema prisional da Trindade, porque este complexo penitenciário ofende os olhos dessa sociedade oficial, que faz negócios de grande valor monetário nas praias, nos shoppings da região, e que não querem que isso apareça. No fundo não declarado existe essa intenção de esconder o problema social que é a criminalidade, que é a falta de segurança, que é o sistema prisional.

Portanto, os trabalhadores virem a público e assumir o protagonismo de falar dos auspícios da sua profissão é absolutamente necessário. Temos, além da questão da cozinha, da alimentação privatizada, como já foi falado pelo deputado Volnei Morastoni, que refletir também sobre outros elementos de privatização no sistema prisional, por exemplo, a guarita.

Dentro da instituição da qual faço parte, a Polícia Militar, faz muito tempo que autoridades defendem a retirada da Polícia Militar do sistema prisional e, por vezes, isto também foi apoiado por alguns dirigentes, permitam dizer com toda fraternidade, dos agentes prisionais. Tenho a convicção mais profunda de que isso fragiliza a Segurança Pública do estado, e não fragiliza só o sistema prisional, é também uma medida privatizante, porque vocês sabem e estão aqui por justiça defendendo a contratação de mais servidores para o sistema prisional, mais agentes penitenciários. Com o que concordamos, aplaudimos e apoiamos, porque o número que existe é insuficiente para a demanda e, portanto, vocês não têm efetivos para assumir a guarita e, falando em termos mais técnicos, para assumir a segurança externa dos estabelecimentos penais, que tem sido feita com certa medida, de forma progressiva e cada vez mais incisiva, por empresas privadas de segurança. E colocam lá vigilantes, com todo o respeito aos trabalhadores dessas empresas, os quais devemos apoiar, sem qualificação e sem respaldo do estado para fazer o serviço. E para segurar aquele monstro que é uma penitenciária é necessário mais respaldo e não menos respaldo do estado.

Então, estamos em comunhão, evidentemente, com aquilo que vocês defendem. Parabéns pela luta, parabéns pela coragem, pela determinação de estarem segurando essa situação, pela força de vontade, pelo desprendimento e pelo compromisso com a sociedade catarinense e com a segurança pública.

Nós nos indignamos com algumas avaliações precipitadas quando atribuem certas crises na Segurança Pública, no sistema prisional, a vocês, trabalhadores, do sistema penitenciário. Como trabalhei 16 anos no sistema penitenciário, na segurança externa, na função de policial militar, que considero necessária, essencial e imprescindível, sei dos auspícios da profissão de vocês. Trabalhei seis dias na função equivocada de agente prisional. Na época, chamava-se assim, sob ordem, numa greve em 1992, no governo de Vilson Kleinübing. Mas isso foi suficiente para entender que tem que ter muita coragem, determinação, vontade, amor à sociedade e à própria família e desprendimento para segurar aquele rojão. Evidentemente que precisam ser mais valorizados do que estão sendo.

Falando em valorização, por coincidência ou não, foi só começarmos a falar de forma mais incisiva sobre salário do servidor da Segurança Pública que o governo voltou à carga afirmando que estourou o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. Coincidência! Eu falei ontem aqui e hoje está no *Diário Catarinense*. Mas sempre foi assim. Quando é que foi diferente? Nunca!

Quem cometer a imprudência de ficar esperando que a Lei de Responsabilidade Fiscal permita que isso aconteça acabará esquecido. Aliás, um deputado que tinha sido secretário na Casa Grande, no Palácio do Governo, afirmou isso aqui alguns anos atrás. Com um monte de medida discriminatória que mandaram para cá ele veio em seguida, no período eleitoral, para votar afirmando, nesta Casa, nesses microfones, que quem está mais perto é mais bem tratado, quem é mais nosso amigo tem um tratamento diferenciado. Cometeu a falta de prudência e de clareza republicana de afirmar isso nesses microfones.

Assim sendo, nenhum servidor pode ficar esperando. A Lei de Responsabilidade Fiscal não permite, mas dá-lhe isenções fiscais. Saudadas,

exaltadas desta tribuna, inclusive! Que venha a BMW, a quem o governo federal já deu um monte de coisa e em Santa Catarina, o governo do estado, vai dar o resto que precisar. E dá-lhe isenção fiscal! E dá-lhe não ter recurso para os serviços públicos essenciais. Eles dizem que a BMW vai gerar emprego, mas emprego que não vai garantir aposentadoria àqueles trabalhadores porque a empresa não vai pagar a sua contrapartida previdenciária! Benesses do Plano Brasil Maior. Com esse nome pomposo fazendo o Brasil ficar muito menor nas próximas décadas por conta da previdência. Daí de fato vai ficar falido.

A respeito do que falava ontem, algumas coisas precisam ficar mais claras com relação ao nosso posicionamento. Queremos transmitir às autoridades do estado de Santa Catarina, especialmente ao secretário da Fazenda, aos outros secretários da Casa Grande, do palácio do governo e ao próprio governador Raimundo Colombo que todos os conflitos havidos na *interna corporis* da Segurança Pública nos últimos 20 anos, especialmente nas instituições militares, na Polícia Militar, no Corpo de Bombeiros, foram provocados por medidas salariais discriminatórias. Todos, sem exceção!

Portanto, é preciso tomar medidas salariais concretas para organizar ou reorganizar a política salarial dos servidores da Segurança Pública, e efetivamente valorizá-los, é necessário tomar medidas corretas, porque se aumentar a discriminação pode-se tirar uma categoria como a nossa, praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros que está tranquila, vamos dizer assim, está amortecida, infelizmente, dessa situação e levá-las a novos conflitos.

É preciso que haja clareza. E não quero dizer isso com exaltação, mas com convicção profunda aos secretários do governo: a readequação da política salarial dos trabalhadores da Segurança Pública, especialmente dos militares, depende de medidas concretas que sejam também corretas. Ouvir só um

lado levará, com certeza, a mais erros, o que será dramático.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o deputado Maurício Eskudlark, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, representantes do Sintespe, dos agentes prisionais. Sejam bem-vindos! As reivindicações que estão fazendo são justas.

Tenho mais de 30 anos de atividade na Segurança Pública, e em mais da metade da minha carreira fui delegado de Polícia em comarcas onde a cadeia pública, na época, era junto com a delegacia. Então, o delegado, o agente de Polícia, o carcereiro trabalhavam todos integrados, inclusive o delegado era o responsável pela cadeia pública.

Só para ilustrar, na vida colhemos exemplos bons dos acontecimentos do dia a dia. Há poucos dias estava almoçando num rodeio em São Miguel d'Oeste, e chegou um jovem senhor, sentou ao meu lado e perguntou se eu o conhecia. Respondi que não. Então, ele falou que sempre foi simpático às minhas campanhas políticas, mesmo sem eu saber, e que queria me contar uma história. Disse que era filho do fulano de tal e que o pai havia praticado um homicídio há quase 30 anos e que fui o delegado que o havia prendido. Disse que tinha uma consideração muito grande por mim, porque prendi seu pai, cumpri a lei, mas quando a família ia fazer visita, sempre tratei todos com muita consideração e respeito. Falou que tinha uma imagem que gravou por toda a vida. Na época, tinha quatro anos, chegou com a mãe para fazer a visita ao pai e ainda não estava no horário, e que eu o peguei no colo e fiquei conversando com ele. Então, o passei para o interior

da cela por aquela janelinha por onde passavam a alimentação, porque ainda não estava no horário da visita, e ele pode ficar no colo do pai. Ele disse que aquilo ficou gravado pelo resto da vida na sua mente.

Tenho orgulho de dizer que sempre fui conhecido como delegado linha dura, que estava sempre na rua enfrentando a criminalidade, mas sempre soube tratar as pessoas de bem com muito respeito e dignidade. E isso marca muito.

Por isso que eu digo que há duas áreas em que as pessoas mais precisam de atenção: Saúde e Segurança Pública. Trata-se de dois momentos em que as pessoas estão fragilizadas.

A categoria dos agentes prisionais é muito importante e vive hoje em contato direto com aquele que praticou o delito, muitas vezes sofrendo a pressão psicológica de o marginal dizer: "Eu sei onde você mora, sei onde mora a sua família e um dia eu vou sair daqui." Por isso, são profissionais que precisam estar muito bem preparados. Todos sabem do caso da agente prisional Deise, que trabalhava na secretaria de Justiça, que funcionava no prédio na av. Ivo Silveira, onde eu trabalhava, à época, como diretor de combate ao crime organizado. Ela era uma profissional muito dedicada. Então, reconheço que essa categoria tem que ser valorizada, reconhecida e respeitada.

Ouvi atentamente a explanação do representante dos agentes prisionais e gostaria de dizer que tivemos nesta semana, na comissão de Segurança pública, uma reunião muito importante sobre a questão do furto, roubo e desvio de cargas no estado de Santa Catarina, deputado Reno Caramori, v.exa. que participou ativamente daquela audiência. Vejo as dificuldades do sistema prisional, dos agentes, das questões de trabalho, mas, em contrapartida, temos visto as manifestações da secretária Ada De Luca, do Leandro, de que nunca tantos presos trabalharam dentro do sistema prisional. Na inauguração da

unidade prisional em Chapecó foi apresentado o uniforme que os presos utilizam e que, segundo informações, é produzido por eles mesmos.

Entendo que poderíamos, na próxima reunião da comissão de Segurança Pública, chamar a secretária de Justiça, o Leandro, que é o diretor do Deap, os representantes dos agentes prisionais e, da mesma forma como ontem pudemos fazer um debate sobre o furto, desvio e roubo de cargas no estado, também poderíamos ajudar nesse entendimento, principalmente na questão operacional.

Quanto à questão salarial, é uma questão de governo. Sabemos da preocupação do governador Raimundo Colombo com essa situação e ao mesmo tempo vemos aqui dois pedidos dos agentes: aumentar o salário e aumentar o efetivo.

Lembro-me que em outros governos, quando ocupava a chefia da Polícia Civil do estado, íamos ao governador solicitar o aumento de efetivo. Inclusive, em 2009 fizemos o maior concurso da história da Polícia Civil do estado com 900 aprovados que já foram todos nomeados. Mas lembro quando o governador dizia: "Vocês querem o aumento de efetivo ou o aumento de salário? Não tenho condições de dar os dois."

Então, sempre tínhamos que travar uma briga com o grupo gestor, porque é claro que quem está administrando ou trabalhando na Segurança quer os dois: o aumento do efetivo, porque precisa do agente, seja na Polícia Civil, Militar ou no Sistema Prisional; e também uma remuneração justa, digna e adequada.

Na verdade, é uma discussão difícil, principalmente porque encontramos uma barreira no grupo gestor, que é o grupo que diz se dá ou não dá para contratar, investir e fazer. Mas é um segmento que tem o nosso apoio. E vamos ver, juntamente com os demais deputados, a forma de debater esse assunto e encontrar a melhor solução.

Como falamos, tivemos a reunião para tratar sobre o roubo e desvio de cargas em Santa Catarina, com a presença de Pedro José de Oliveira Lopes, presidente da Fetranesc - Federação das Empresas de Transporte de Cargas e Logística no Estado de Santa Catarina -, e de representante do Deic, da Polícia Rodoviária Estadual e da Polícia Rodoviária Federal. No ano passado, no Brasil, houve o registro de 12.850 ocorrências. Esse é um número muito grande, deputado Kennedy Nunes. Felizmente, Santa Catarina tem um número baixíssimo de ocorrências, mas o nosso é o segundo estado do Brasil vítima de roubo de cargas. O primeiro é o estado de São Paulo, obviamente pelo número de indústrias, e o segundo é Santa Catarina, porque também é um estado que produz bastante e vende para os outros estados. E nesse trajeto as mercadorias acabam sendo roubadas e desviadas. Mas nessa reunião foram marcadas algumas ações importantes para prosseguir nesse trabalho e melhorar a segurança, seja a segurança do produto, que é importante, mas secundária, e a segurança do transportador, do motorista e dos agentes. Enfim, é preciso reduzir esse número, pois o prejuízo que o roubo de cargas traz ao país é muito grande.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Edison Andrino, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados, sras. deputadas, Florianópolis, a capital dos catarinenses, foi uma das regiões, deputada Angela Albino - e v.exa. disputou uma eleição para prefeito -, que mais cresceram no Brasil. E com esse crescimento a nossa capital perdeu um pouco a sua identidade, porque é uma cidade que acolhe bem todos os catarinenses que

vêm do interior, todos os brasileiros que vêm de vários estados da federação e os estrangeiros que aqui vêm morar porque escolhem Florianópolis para viver e criar a sua família, principalmente pela qualidade de vida e pela beleza natural.

Eu disputei o espaço para ser candidato a prefeito pelo PMDB com o companheiro Nelson Wedekin, que na época era deputado federal e eu era deputado estadual. Num debate com o deputado Nelson Wedekin os meus assessores me aconselharam que eu dissesse que era de Florianópolis e o Nelson não - ele era gaúcho. Eu não aceitei esse argumento, sr. presidente, porque o fato de eu ter nascido aqui não dependeu da minha vontade. Foi uma felicidade dos meus pais, nascidos e criados na Lagoa da Conceição, que me geraram, e nasci na Lagoa da Conceição. Agora, Nelson Wedekin, por livre e espontânea vontade, conscientemente, escolheu esta cidade para morar, trabalhar e constituir a sua família. E foi assim com a grande maioria dos que moram, hoje, na capital dos catarinenses. E acho um mérito daqueles que escolheram Florianópolis.

Mas, sr. presidente, em função também dos muitos que vieram e não participam da vida cultural, recreativa e esportiva dessa cidade, ela perdeu um pouco a sua identidade. É só irmos a uma das festas religiosas mais tradicionais do Brasil e a mais tradicional de Santa Catarina, que é a procissão dos Senhor Dos Passos, para encontrar a cara da cidade, o retrato das pessoas que têm vínculos com Florianópolis. Assim é no jogo do Avaí e Figueirense, assim é quando morre uma pessoa mais velha de Florianópolis.

Estou dizendo isso, sr. presidente, porque grande parte dos moradores de Florianópolis, lamentavelmente, não conhecem a história dos catarinenses, não conhecem as pessoas, as histórias das pessoas e daqueles que fizeram a história da vida esportiva, cultural e política de Florianópolis.

Então, ocupo a tribuna na manhã de hoje, srs. deputados, para fazer uma homenagem a uma figura falecida há dois dias nesta cidade que chamava-se Orlando Pessi, mas que a cidade conhecia por Torrado.

Torrado, sr. presidente, digo sem medo de errar, foi o melhor atleta que Santa Catarina já teve. Eu pediria que a nossa assessoria técnica colocasse no vídeo uma sessão que a Assembleia Legislativa fez em homenagem ao aniversário da cidade, quando homenageamos algumas pessoas e Orlando Pessi.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Sr. presidente, o Torrado, que está ao lado do nosso saudoso ex-deputado Lício Mauro Da Silveira, foi casado com Alva Neves Pessi, teve duas filhas, Patrícia e Susete. Era formado em Ciências Econômicas e Licenciatura em Educação Física. Considerado um dos atletas mais completos do estado, destacou-se nas modalidades como basquetebol, voleibol, natação, atletismo e futebol. Foi campeão estadual de basquetebol em 1957, 1958 e dos anos de 1960 até 1978, foi também campeão estadual de voleibol de 1956 a 1975, e também jogou no nosso Figueirense.

É bom lembrarmos dessas figuras importantes da nossa cidade que se foram. E como é uma cidade em que a grande maioria dos moradores vêm de outros rincões do estado e do Brasil, eles não conhecem essas figuras. E a história de Florianópolis está-se indo, por falta de quem preserve a memória para mantermos a nossa identidade.

Mas quero, aqui desta tribuna, fazer uma homenagem a este grande catarinense, a este grande florianopolitano, a esse amigo da cidade que circulava em todas as rodas. Era queridíssimo nos meios em que se apresentava, tanto de pessoas mais simples quanto da classe mais favorecida economicamente.

Deixo aqui o nosso abraço a essa grande figura que foi meu amigo particular, o nosso amigo Torrado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, deputada Dirce Heiderscheidt, catarinenses que acompanham esta sessão.

Gostaria de destacar um ato importante que está acontecendo nesta manhã, não o ato em si, a solenidade, porque é uma formalidade importante também, mas o evento maior que é a parceria que o governo federal, através do ministério da Agricultura, fez com Santa Catarina, e que permite que nesta sexta-feira diversos municípios do oeste do estado, e são 51 municípios, recebam equipamentos referentes a essa parceria, a esse contrato. São municípios atingidos pela estiagem que vão receber tratores agrícolas e distribuidores de adubo que permitem também, se for o caso, serem utilizados para transportar água. E isso, mais uma vez, traz à tona a questão das estiagens que Santa Catarina tem enfrentado, principalmente no oeste.

Nós estamos vivendo um momento, aqui no litoral, por exemplo, de alagamentos, de famílias sofrendo com alagamentos. Há uma semana aconteceram diversos alagamentos, ontem novamente, mas contraditoriamente, na região oeste, com frequência têm acontecido estiagens. E há, inclusive, recursos do chamado Pacto por Santa Catarina, discutidos aqui pela Assembleia, na ordem de 60 milhões, que são para obras estruturantes nesta área do combate às estiagens, principalmente para armazenamento de água, para ações que possam prevenir melhor, não a falta da chuva, porque não é possível fazer chover, mas o armazenamento da água e os mecanismos para enfrentar melhor as estiagens.

Então, queria fazer este registro dos municípios da região oeste que estão recebendo maquinário. Como eu disse, são 51 municípios que estão recebendo e que aguardam, claro, com certeza, outras ações e outras parcerias para que possam dar conta também de outras demandas.

Os municípios têm uma série de demandas de atendimento em infraestrutura, além dos serviços essenciais como saúde e educação e, às vezes, somente com os recursos próprios, da sua própria arrecadação, não conseguem fazer frente à essas demandas. Por isso essas parcerias são importantes e fundamentais.

Sr. presidente e srs. deputados, tantas vezes falamos aqui do problema da telefonia no Brasil, da baixa qualidade, e continua realmente sendo um problema. Mas quero também ressaltar a questão da redução das tarifas de ligações de telefone fixo para celular, que já está valendo, neste esforço que está sendo empreendido em nível nacional, e que começou com a redução das tarifas de energia elétrica; depois tivemos o ato da presidente tirando toda tributação dos produtos da cesta básica, que foi importante, fundamental, e agora mais um ato de redução do preço de ligação de telefone fixo para celular, uma redução que fica na ordem de 8.7%. Esperamos que seja mais um ato, mais um motivo para melhorarmos as condições econômicas da população, reduzindo tarifas, reduzindo custos, e possibilitando melhor desenvolvimento.

Inclusive, está no *Diário Oficial* do dia 04 de abril uma nova tabela de remuneração de uso da rede de serviço móvel pessoal e de serviço móvel especializado. A Anatel fixou os valores em virtude da não pactuação entre concessionárias e operadoras móveis, conforme previsto na legislação.

Portanto, queria fazer este registro porque acho que é uma conquista importante da sociedade brasileira.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, sr. deputado Neodi Saretta.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo interessados em fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao Democratas.

(Pausa)

Não havendo interessados em fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao PP. Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, passei um tempo, hoje pela manhã, dando uma olhada na famosa Pec, o Projeto de Emenda Constitucional n. 0037/2011.

Não sei por que, deputado Edison Andrino, toda essa fantasia em cima dessa Pec, isso é chover no molhado. Foi acrescentado a ela o § 10 que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"§ 10. A apuração das infrações penais de que tratam os §§ 1º e 4º deste artigo, incumbem privativamente às polícias federais e civis dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente."  
[sic]

O § 1º deste artigo diz o seguinte:

"A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;" [sic]

Está dizendo a mesma coisa.

O § 4º diz o seguinte:

“Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.” [sic]

Então, essa Pec está simplesmente afirmando o que está na Constituição. Não vejo razão para essa polêmica toda que está havendo, esse *lobby* para que se vote contra a Pec. Temos que ser mais objetivos, pois está na Carta Magna o que a polícia faz, o que a promotoria faz, o que o Ministério Público faz e assim por diante.

Portanto, não estou preocupado com isso, deputado Edison Andrino, temos outras questões para nos preocuparmos. Uma delas é justamente o que tratamos ontem, na comissão de Segurança Pública, com a presença da Fetranesc, da Polícia Rodoviária Federal e Estadual, da secretaria de Segurança do estado, das empresas de segurança que dão cobertura aos transportes, que seriam os batedores. Isso é que está preocupando bastante.

Vimos que realmente existem três fatores que hoje dão condições para que o roubo de carga seja maior em Santa Catarina e no Brasil. Primeiro, a falta de efetivo na Polícia Federal e na Estadual, a falta de informação dentro dos órgãos competentes e a falta de comunicação. O malandro se comunica muito mais do que os órgãos competentes ou as empresas que acompanham os caminhões nas rodovias, principalmente nas de maior perigo.

Eu mostrava ontem que na nossa região, justamente ali, existem fatos concretos de roubo. Temos uma rodovia que sai de Caçador e vai até a BR-153. O malandro vai pela BR-153 no sentido Paraná e a 11km pega uma outra que vai à Foz do Iguaçu. A BR-153, no sentido sul, vai por Irani e para o resto do país, e no sentido norte vai para União da Vitória e norte do país. Portanto, ali temos um miolo onde não

existe comunicação nenhuma, os deputados Romildo Titon e Neodi Saretta conhecem a nossa região.

Tenho feito alguns pleitos em defesa da região e agora constatamos, através de estatística, que realmente é a região mais descoberta que temos em Santa Catarina, com a facilidade para a fuga dos ladrões de carga ou de automóveis. Até dei um exemplo, há poucos dias, um caminhão terceirizado da empresa Reunidas foi abalroado levemente, e o motorista parou. Eram ladrões. O motorista saiu do caminhão para ver, e os ladrões o prenderam e o colocaram no baú. Levaram o caminhão e foram em sentido de Água Doce. Entraram numa estrada de campo, roubaram o que quiseram e abandonaram o caminhão com o motorista no baú.

Ali há um vácuo, mas felizmente, deputado Neodi Saretta, tivemos agora a instalação da Polícia Rodoviária Federal que deu uma minimizada no processo. Agora, a falta de comunicação é impressionante. Lá não dá sinal de celular, não tem telefone público, não tem telefone fixo. Estamos tentando junto às empresas de comunicação que instalem urgentemente lá um sistema. A Tim, hoje ganhou o leilão para a instalação de telefones móveis no interior de Santa Catarina. Só que vai começar num prazo de 2014 a 2017.

Estamos fazendo um apelo à Tim que se instale então, em 2014, justamente naquele vácuo, o que vai privilegiar toda a nossa região minimizando esse caminho da roça do malandro e dos ladrões de carga.

Por isso, deputado Romildo Titon, acho que é importante que este Parlamento também reúna esforços para instalarmos as torres necessárias para que tenhamos comunicação.

Lá temos a Polícia Rodoviária Federal, mas não temos como comunicá-los quando acontece um sinistro, roubo ou coisa que o valha ou quando passa um ladrão, até porque eles passam pela Polícia Federal, mas no sentido a Palmas, a Foz de Iguaçu. Tenho

conversado com políticos do Paraná, eles passam a 100, 120km por hora...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de concluir o que estávamos falando a respeito da reunião realizada pela comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa tratando sobre furto, roubo e desvio de cargas no estado de Santa Catarina.

Como já disse, foi uma reunião convocada pelo nosso líder, deputado Darci de Matos, claro, a pedido da Fetranesc, Federação dos Transportadores de Cargas do Estado de Santa Catarina, representada pelo sr. Pedro Lopes.

Foi uma reunião positiva, com a participação de muitas autoridades, com a Polícia Rodoviária Federal fazendo um relato do trabalho executado nos 2.800km de rodovias fiscalizados no estado de Santa Catarina, que deverá ser alterado para 3.800km. Serão quase quatro mil quilômetros de área a serem fiscalizados, aproximadamente por 500 agentes.

Sabemos que existem dificuldades para a Polícia Rodoviária atender e proteger toda essa malha viária porque, como explicou o Magalhães, inspetor que representou o funcionário efetivo Silvinei Vasques, superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina, esses agentes não são suficientes para atender toda a malha rodoviária do nosso estado, até porque trabalham por turnos poucos agents. Como ele citou, quando pegam um motorista embriagado existe todo um trâmite, procedimentos como conduzir o motorista, fazer a apreensão da

carteira, o que demanda de duas a três horas. Então, se tem apenas três, quatro agentes, e é difícil o posto ter mais do que isso de plantão, fica difícil conseguir fazer outro atendimento, fazer fiscalização da rodovia.

Também tivemos um relato do coronel Norberto, comandante da Polícia Rodoviária Estadual, de que felizmente nas rodovias estaduais temos raríssimos casos desse tipo de ocorrência sendo registrados.

Bem levantada à questão da telefonia pelo deputado Reno Caramori, nas regiões de Irani. Naquela região que não tem cobertura telefônica, muitas vezes nem tem cobertura de rádio. Então, se o agente está na viatura não pode se comunicar com alguém no posto. Até para as empresas que fazem o transporte isso é importante, pois com telefonia podem se comunicar evitando muitos roubos. Nós chegamos ao cúmulo de veículos de transporte de turistas terem que viajar escoltados. Aqueles ônibus que levam empresários, comerciantes para fazer compras em outros estados, pessoas com valores, eram seguidamente vítimas de roubos. Mas até ônibus de turismo ter que viajar escoltado! Isso é preocupante.

A grande maioria dos roubos acontece naquela divisa de Santa Catarina com o estado do Paraná. A grande maioria no estado do Paraná. Poucos casos acontecem no estado de Santa Catarina, felizmente, a maioria dos casos acontece fora. Como já disse antes, nós tivemos em 2012, 12.850 ocorrências registradas em nível de Brasil. Isso que algumas ocorrências podem escapar dessas estatísticas, porque podem ficar registradas numa unidade policial, numa delegacia de polícia, que não é informatizada e não encaminha esse registro. Isso faz com que acabe não caindo no registro geral.

Em Santa Catarina, segundo a Polícia Rodoviária Federal, registrou-se aproximadamente 400 casos e em torno de 25 casos de prisões. Quer dizer, o número de prisões nesses casos por abordagem, por alguma

suspeita é pequeno, até porque a questão do furto, roubo e desvio de cargas não se resolve com operações ostensivas. Pegar um caminhão na beira da estrada que já foi roubado ou que está ocorrendo o roubo é muito raro.

Então, esse é um trabalho que demanda aquilo que foi pleiteado e aprovado pelos deputados, que é uma moção de criação de uma delegacia especializada no combate ao roubo e desvio de cargas no estado de Santa Catarina. Aí, sim, com uma investigação centralizada, com todos os casos chegando ao mesmo local nós vamos ter o mesmo sucesso que tivemos na criação aqui em Santa Catarina da Delegacia de Homicídios da capital.

Fiquei muito feliz em saber, nesta semana, participando da reunião de comissão, pelo delegado Akira Sato, diretor da Deic, e o delegado Anselmo Cruz, que a delegacia de homicídios da capital é referência nacional e já chegou a índices de solução, de resolutividade, como chamamos, maior do que de polícia americana.

Existem dez distritos nesta capital, cada qual faz a sua investigação, mas um crime de homicídio que ocorre no norte da ilha, muitas vezes tem ligação com um crime ocorrido no sul da ilha. Então, esses crimes estão interligados, mas cada delegacia fazia a sua investigação separada, individualizada. E com a criação da Delegacia de Homicídios, qualquer homicídio em Florianópolis é investigado pela mesma equipe, que consegue detectar as ligações entre os crimes, se foram os mesmos autores, mandantes, se foi alguma vingança, retaliação. Conseguimos com isso centralizar as informações e chegar efetivamente a um índice de resolutividade que hoje motivou a Senasp - Secretaria Nacional de Segurança Pública - a vir conhecer esse projeto para implantar no Brasil.

Também tivemos o relato do delegado Akira e do delegado Anselmo, que é responsável pela Delegacia de Furtos e Roubos e faz um excelente trabalho, que

já se prontificou a também centralizar essa questão do furto e roubo de carga de Santa Catarina na sua diretoria, junto à Deic. Então, a reunião trouxe algumas soluções.

Também o presidente Pedro Lopez propôs uma reunião onde vai convocar os transportadores deste estado para, numa discussão com a Polícia Rodoviária e o Deic, tratar deste assunto da orientação. Muitas cargas são objeto de furtos, roubos, desvios com a conivência e informação de funcionários. As quadrilhas podem tentar infiltrar na empresa um elemento para passar as informações, porque muitas vezes quando ocorre o desvio, o furto, o roubo, os autores sabem que tipo de mercadoria está ali.

Santa Catarina tem sido vítima de furtos e roubos, principalmente de medicamentos. Também foi relatado que faremos reuniões trimestrais para avaliação, e será utilizado o sistema de filmagem da rodovia para investigação e controle.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado, quero parabenizar v.exa. pela condução dos trabalhos na comissão de Segurança Pública. Sempre tive convicção de que faria um grande trabalho porque v.exa. é um especialista nesta área, tem uma vida inteira dedicada à melhoria da segurança pública em Santa Catarina.

V.Exa. falava ontem do planejamento do trabalho da comissão, do roteiro das audiências públicas que vai realizar nas cidades pólos do estado. E vejo essa possibilidade de debate com a sociedade civil organizada sobre a segurança pública como de fundamental importância para Santa Catarina.

Realmente a reunião de ontem foi magnífica, e trouxe grandes resultados iniciais. E quero parabenizá-lo porque propus a reunião a pedido da Fetransesc, porque sou presidente da respectiva

frente parlamentar, e v.exa. imediatamente a convocou.

Tivemos a presença das Polícias Rodoviária Estadual e Federal, da Polícia Civil, da Fetranesc, muitas instituições participando, então, foi um debate importante, porque o roubo de cargas onera o setor e eleva o Custo Brasil. Somente no ano passado foram 400 eventos de tentativas e roubo de cargas em Santa Catarina. Isso é um absurdo!

A conclusão foi muito boa, porque houve a proposição de fazermos reuniões trimestrais, que v.exa. vai conduzir, e a criação de uma delegacia especializada em roubos e furtos de cargas em Santa Catarina.

Parabéns, deputado Maurício Eskudlark! Tenho certeza de que nós vamos poder avançar muito, neste sentido.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado, v.exa. que foi o proponente dessa reunião, que realmente já trouxe ações efetivas, conforme tratado com a Deic, com o delegado Anselmo. Também é uma proposição do delegado Anselmo a integração da inteligência, a centralização dessas informações. Vejam que a Deic já conseguiu diminuir. Nós tínhamos um número elevadíssimo de roubos e furtos a caixas eletrônicos, através de explosões ou com maçaricos, e a sociedade viu que esse número quase desapareceu. Por quê? Por causa de uma atuação firme, eficiente, quadrilhas foram desmontadas, foram identificadas, foram presas, o que acabou reduzindo sensivelmente o número desse tipo de ocorrência.

É um trabalho importante que foi feito pela Deic e que agora, certamente, será feito nessa questão do roubo e desvio de carga.

Nós vamos procurar o secretário de Segurança, César Grubba, para agilizarmos o pedido da criação da delegacia especializada e a centralização das informações na diretoria de Inteligência da secretaria.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que será encaminhada ao destinatário a Indicação n.: 0200/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica, ainda, que defere de plano o Requerimento n.: 0297/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero registrar a presença do prefeito Rudimar Francisco Gruth e seu vice, de Tigrinhos, que tem conseguido muitas obras, muitas verbas para o município que através do seu empenho, da sua administração, teve um crescimento esplêndido o que, com certeza, vai melhor ainda mais a qualidade de vida daquela população.

Parabenizo ao prefeito a seu vice!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Desejo as boas-vindas a todos!

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, também quero reforçar os cumprimentos aos prefeitos, ao vice, aos vereadores que nos visitam, trazendo as suas reivindicações ao governador, vindo buscar o apoio político para defender os seus projetos.

Mas quero reforçar dois assuntos importantes. O Congresso Nacional está fazendo, especificamente no Senado, uma análise na questão da aposentadoria. Nós temos aproximadamente 17 milhões de brasileiros aposentados pelo INSS e em torno de 1,8 milhão,

quase dois milhões, aposentados pelo poder público. Na verdade, a aposentadoria no meu entender, e cada vez me convenço mais disso, seguramente é o melhor patrimônio que cada um de nós tem. Ter uma aposentadoria, mesmo que pequena, de um salário, de dois ou três e no máximo de dez na questão da previdência do INSS, certamente vale mais que uma propriedade que nem sempre produz espontaneamente algum lucro financeiro mensal para garantir o sustento daquela pessoa aposentada ou de sua família.

Por isso, respeitar a aposentadoria e valorizá-la é um trabalho político que tem um efeito social muito grande. E, certamente, o governo que deu mais peso ao lado social e que organizou o Brasil foi o governo de Fernando Henrique, trabalho esse que teve continuidade com o ex-presidente Lula e com a atual presidente Dilma Rousseff. Com certeza, se manteve as mesmas regras, algumas até foram melhoradas, justamente compreendendo a importância que tem a previdência para as pessoas.

Mas antes do governo Fernando Henrique, eu me lembro bem que às vezes se formavam filas na frente dos bancos para receber a aposentadoria e, não raras vezes, vinha uma notícia lá de dentro dizendo que todo mundo podia ir embora porque não tinha dinheiro para pagar. E cada um tinha que buscar a sua aposentadoria outro dia lá no banco, naturalmente dentro do prazo do mês.

Com a mudança que a previdência teve a partir do governo de Fernando Henrique, organizou-se uma porção de itens. O primeiro, o mais importante, é com relação à contribuição por parte do trabalhador e da patronal. Todos nós nos lembramos da época em que os prefeitos, as entidades filantrópicas, as entidades empresariais deixavam para trás a previdência dos funcionários, não havia rigor com relação à previdência e as pessoas achavam que não precisava pagar a previdência porque se dava um jeito lá na frente, como se aquele recurso fosse um

dinheiro jogado fora, um dinheiro que não era importante ser investido.

A partir do governo Fernando Henrique foi organizado esse serviço de previdência. O hospital ou os hospitais que não pagam a previdência dos funcionários, que não pagam fundo de garantia estão fora de qualquer tentativa de busca de recursos para qualquer serviço; as prefeituras por exemplo, se forem buscar qualquer tipo de recurso em instância superior, se a prefeitura for buscar recurso em nível estadual ou federal, vai ter que estar em dia com a previdência de todos os seus funcionários; para buscar algum empréstimo, terá que estar em dia com a previdência, o FGTS, enfim, com todos os encargos sociais e trabalhistas de seus funcionários. Então, esse foi um dos detalhes.

Segundo, todos que desejarem se aposentar precisam ter alguma forma de contribuição, ou através de carteira assinada, parte paga pelo funcionário e outra parte paga pela empresa, ou pela patronal, ou contribuição particular, através de carnê, mas tem que estar contribuindo. Criou-se até a contribuição social, que seria a contribuição com um valor menor. E isso dá inúmeros direitos, inclusive de se aposentar. Quando tiver o tempo certo de serviço e de contribuição, poderá se aposentar com um salário mínimo integral, mesmo tendo contribuído sobre um valor menor.

Enfim, a aposentadoria começou a ser vista por parte do governo como o melhor patrimônio individual de todos os brasileiros e, por isso, se deu esse tipo de tratamento para que todos possam ter a sua aposentadoria por invalidez, por idade ou por tempo de serviço, enfim, para que a aposentadoria seja a fonte de seu sustento.

Então, a valorização da aposentadoria começou exatamente no governo Fernando Henrique Cardoso. Já havia várias tentativas antes, porque a aposentadoria é uma coisa muito velha, mas nunca esteve tão organizada como está agora. Está aí a

questão dos funcionários domésticos. Já havia a contribuição previdenciária, para dar ao funcionário doméstico o seu direito de aposentadoria, e agora foram feitas inúmeras alterações dando a ele praticamente os mesmos direitos que tem qualquer outro trabalhador em qualquer outro setor. O que em minha opinião está perfeitamente correto.

Discordo apenas da multa sobre o Fundo de Garantia porque, muitas vezes, a empresa não tem como manter aquele corpo funcional, precisa fazer algumas desonerações e fica impedida por conta da multa. Outra alteração que está havendo agora é a chance daqueles que estão já aposentados e que continuam trabalhando, contribuírem ainda com o INSS e poder buscar uma forma de, mais adiante, melhorar a sua aposentadoria.

Aposentadoria é o maior patrimônio, precisamos preservá-la.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, deputados presentes, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e catarinenses presentes nesta sessão.

Tenho alguns registros para fazer no uso da tribuna desta sessão, a começar por esta frustração, na qual me junto a todos os catarinenses, com relação a essa ação do Ibama, aliás, temos alguns órgãos que precisamos rever neste país. Não é somente a reforma política que é necessária, mas também a reforma jurídica. Precisamos rever algumas atuações. Há alguns dias estávamos falando sobre a questão da Funai, e a questão das deliberações do Ibama também.

Eu entendo, deputado Sargento Amauri Soares, que seria interessante termos um conjunto de medidas diferenciadas com relação ao meio ambiente, quando se trata de obras públicas. Por exemplo, não dá para

ter *feeling* de uma obra privada para uma obra tão importante como a BR-470. Acho que temos que ter duas formas de medidas, uma para obras públicas e outra para obras privadas. Porque não dá para dizer que a obra da BR-470 pode estar no mesmo nível de uma obra privada. Alguns países já têm isso para obras públicas terem outros tipos de tratamento.

Queria fazer, deputado Ismael dos Santos, sei que v.exa. também corrobora com minhas palavras, uma referência muito especial à Igreja Assembleia de Deus de Guaramirim, que completou na última semana 80 anos de fundação, é uma das mais antigas de Santa Catarina, quero fazer referência ao pastor José Almir, presidente dessa igreja. Participei dos 80 anos de fundação dessa igreja.

Também quero fazer um registro especial, porque hoje a *Rádio CBN Diário* está completando 17 anos, como minha profissão é radialista, sempre estou ouvindo rádio, inclusive quando venho para cá sempre estou ouvindo rádio, sou um rato de rádio, o CD do meu carro pode falhar, mas o rádio não pode falhar. Por isso, quero mandar um abraço à toda equipe que faz a *Rádio CBN Diário* funcionar nesses 17 anos que estão em atividade em Florianópolis.

Quero também fazer outros dois registros. O primeiro é a defesa do Projeto de Lei n. 0051/2012, que assegura à gestante de alto risco internação na rede hospital particular, constatada a inexistência do leito hospitalar vago na rede pública de saúde num raio de 200km. V.Exa., enquanto presidente da comissão de Constituição e Justiça, elaborou a redação final.

O governador vetou por acreditar, não ele, os técnicos, que não poderíamos fazer porque isso iria gerar despesas. Não gera despesa. Hoje já é assim. Uma grávida de alto risco que não consegue leito em uma rede pública, pode ser atendida em um hospital particular, hoje isso já é normal. O que estamos fazendo é delimitando uma área de 200km, porque é o mínimo. Dia desses havia uma grávida de alto risco

na cidade de Joinville, e a Maternidade Darci Vargas estava com seus leitos lotados. Mas havia uma vaga em Chapecó. Como vou encaminhar uma grávida de alto risco de Joinville para Chapecó? Como vamos fazer isto? Não tem como.

O que o nosso projeto de lei está querendo fazer? Que haja um mínimo de 200km. Não havendo uma vaga na área num raio de 200km, então o gestor poderá encaminhar para o hospital particular essa futura mãe, para que possa ser atendida em sua gravidez de alto risco.

A outra explicação é que além de gerar despesa, seria vício de origem, o que está completamente derrubado, não estaria no Orçamento. Volto a dizer aos procuradores do estado para darem uma pensadinha, tomarem um cafezinho para refrescar a memória. Em primeiro lugar, não estamos criando despesa! O procedimento já existe! Estamos somente delimitando um raio de 200km! A despesa já existe no Orçamento porque ela já acontece hoje! Então, parece que há falta de vontade para resolver os problemas.

Esse projeto de lei surgiu de uma visita que fiz à Maternidade Darci Vargas, na qual nasci, de Joinville. Naquela ocasião, o diretor do hospital estava lá e tinha um problema para resolver, ou seja, o que faria com uma grávida de alto risco que teria que encaminhar para Chapecó porque lá havia um leito à disposição e por isso não poderia encaminhá-la para um hospital particular.

Naquele momento vimos a sua angústia como gestor querendo resolver um problema muito importante de uma grávida de alto risco. A partir desse fato é que estudamos a criação desse projeto, fazendo uma redação final a ele, colocando emendas, trabalhando com as comissões de Constituição e Justiça e de Saúde a esse respeito. Todos nós aqui o aprovamos por unanimidade e agora ele voltou com essa justificativa de veto. Mas vou pedir aos nobres pares para que derrubemos o veto e pedir também a todos os catarinenses que nos estão assistindo agora

para que, se conhecem algum deputado, peçam a ele para unir forças para derrubar esse veto, a fim de valer esse nosso projeto que pede para que seja delineada uma área de 200km, para que as grávidas de alto risco possam ser atendidas em um hospital particular, como hoje já acontece quando não há leito em nenhum hospital público no estado.

Por último, sr. presidente, o jornal *A Notícia* traz uma notícia muito interessante:

(Passa a ler.)

“Joinvilense deve ser indenizado por perder a visão porque o atendimento da cirurgia dele demorou.”

A 4ª Vara do Tribunal Regional Federal de Porto Alegre decidiu que o município de Joinville, o estado de Santa Catarina e a união têm que indenizar o cidadão em R\$ 10 mil porque ele fez uma cirurgia no final de 2006 para tentar corrigir um problema, mas teve rompimento dos pontos e precisou de uma segunda operação. Como a fila para cirurgias oftalmológicas de Joinville é uma das maiores por falta de profissionais e de crescimento da demanda ao longo dos anos, o paciente só conseguiu agendar essa segunda cirurgia para agosto de 2007, quase um ano depois. O fato fez o paciente entrar com uma ação pedindo que o SUS fizesse a cirurgia e pagasse danos morais pelo atraso!

Povo catarinense, que interessante isso! O cidadão entrou com uma ação na Justiça e será indenizado porque não conseguiu o atendimento na saúde no tempo que deveria ser atendido. Vou trazer essa informação novamente aqui porque acho que é muito interessante.

Se todos os catarinenses que não estão conseguindo atendimento na saúde entrarem com uma ação na Justiça e o estado, o município e a união começarem a ter de pagar R\$ 10 mil por paciente que não é atendido, eles terão que começar a tratar a saúde com respeito. Aí sim o governo federal vai começar a investir no mínimo 10% do seu orçamento na

saúde pública. Enquanto não acontece isso, ficamos na espera!

Parabéns ao cidadão, seu nome não foi revelado, mas quero parabenizar sua atitude, porque abre um precedente muito interessante para que todos aqueles que não estão conseguindo uma cirurgia, que não estão conseguindo atendimento médico, entrem na Justiça com uma ação de danos morais, porque o Tribunal Federal já deu ganho de causa. E isso é para colocar ordem nessa bagunça que está a saúde no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem à OAB.

Está encerrada a presente sessão.

